



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

KATHLEEN ANDRADE DELFINO

**IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS,
VISUAIS E COGNITIVAS - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**ARAGUATINS
2024**

KATHLEEN ANDRADE DELFINO

**IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS,
VISUAIS E COGNITIVAS - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
Superior de Licenciatura em Ciências
Biológicas Unidade de Araguatins do
Instituto Federal do Tocantins, como
exigência à obtenção do título de Licenciada
em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Esp. Judson Franciel
Barros Silva

**ARAGUATINS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

- D349i Delfino, Kathleen Andrade
Implementação da educação inclusiva na educação básica :
desafios e oportunidades para pessoas com deficiências físicas,
visuais e cognitivas - uma revisão bibliográfica / Kathleen Andrade
Delfino. – ARAGUATINS, TO, 2024.
33 p. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências
Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Araguatins, ARAGUATINS, TO, 2024.
- Orientador: Esp. Judson Franciel Barros Silva
1. Educação Inclusiva. 2. Acessibilidade. 3. Formação de
Professores. I. Silva, Judson Franciel Barros. II. Título.

CDD 570

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Campus Araguatins

EDITAL Nº 45/2024/AGT/REI/IFTO, DE 26 DE JULHO DE 2024
NORMAS PARA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - TCC II

ANEXO XIII

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Implementação e da Educação Inclusiva na Educação Básica: Desafios e Oportunidades para Pessoas com Deficiências Físicas, Visuais e Cognitivas - Uma Revisão Bibliográfica."

AUTOR (A): Kathleen Andrade Delfino

ORIENTADOR (A): Professor Especialista Judson Franciel Barros Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em 2 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Judson Franciel Barros Silva, Servidor**, em 02/12/2024, às 21:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenya Maria Vieira Lopes, Servidora**, em 02/12/2024, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Josinete Araujo Costa, Servidora**, em 02/12/2024, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.iftto.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2719437&infra_siste...

1/2



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2498262** e o código CRC **C7593BED**.

Dedico este trabalho a minha
mãe Valquíria, ao meu pai
Wanderlan, e aos meus
irmãos, que fizeram tudo
possível para que esse sonho
se tornasse realidade

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia, socorro presente nos momentos de angústia, sem Ele nada disso seria possível.

Gratidão aos meus pais, que me ensinaram a importância da disciplina, do esforço e da dedicação e me apoiaram em todas as escolhas que fiz durante minha jornada acadêmica. Seu exemplo de vida é minha inspiração e motivação para buscar sempre o melhor.

A todos os meus professores, principalmente ao Judson Franciel, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e muita paciência.

A minha amiga e parceira de curso Laiane, e meus amigos mais próximos, que estiveram ao meu lado em todas as horas, compartilhando alegrias e tristezas e me proporcionando momentos de descontração e lazer. Sem vocês, este trabalho não seria tão especial e gratificante como foi.

Ao meu companheiro Luiz Pedro que antes de tudo é o meu melhor amigo, por se fazer tão presente e paciente comigo durante todo o processo, segurando minha mão e acreditando mais do que ninguém que eu era capaz de chegar ao final, seu apoio foi essencial, muito obrigada por tudo.

Por fim agradeço a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

RESUMO

A educação inclusiva é um princípio fundamental que visa garantir o acesso e a participação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Embora a legislação brasileira como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão assegure o direito à educação, a realidade nas escolas ainda apresenta barreiras significativas que dificultam sua efetivação. Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios e as oportunidades na implementação da educação inclusiva na educação básica, com foco em alunos com deficiências físicas, visuais e cognitivas. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sistemática, que confrontou as diretrizes legais com as práticas observadas nas instituições de ensino, analisando artigos científicos, livros e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos, de 2014 a 2024. Dentre os autores estudados estão Mantoan (2003), Cruz e Ferreira (2005), Lima (2021), Carvalho (2015) e Cunha (2015). Os resultados identificaram obstáculos como a falta de formação adequada para professores e a infraestrutura insuficiente, além de propor soluções que incluem capacitação contínua dos educadores e melhorias na acessibilidade das escolas. Este estudo busca contribuir para a reflexão crítica sobre a efetivação da educação inclusiva, promovendo um ambiente educacional mais equitativo.

Palavras-chave: Acessibilidade; Desafios; Educação Inclusiva; Formação de Professores.

ABSTRACT

Inclusive education is a fundamental principle that aims to guarantee access and participation for all students, regardless of their differences. Although Brazilian legislation such as the National Education Guidelines and Bases Law and the Brazilian Inclusion Law ensures the right to education, the reality in schools still presents significant barriers that hinder its implementation. This work aimed to analyze the challenges and opportunities in implementing inclusive education in basic education, focusing on students with physical, visual and cognitive disabilities. The methodology used was a systematic bibliographic review, which compared legal guidelines with practices observed in educational institutions, analyzing scientific articles, books and official documents published in the last ten years, from 2014 to 2024. Among the authors studied are Mantoan (2003), Cruz and Ferreira (2005), Lima (2021), Carvalho (2015) and Cunha (2015). The results identified obstacles such as the lack of adequate training for teachers and insufficient infrastructure, in addition to proposing solutions that include continuous training of educators and improvements in school accessibility. This study seeks to contribute to critical reflection on the implementation of inclusive education, promoting a more equitable educational environment.

Keywords: Accessibility; Challenges; Inclusive Education; Teacher Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Matrículas de alunos com deficiência por nível de ensino

20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo entre a LDB e a LBI	14
Tabela 2 - Análise comparativa dos estudos	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Revisão de literatura	12
2.2	Legislação e políticas públicas	12
2.2.1	Comparativo entre a LDB e a LBI no que se trata da inclusão escolar	14
2.3	Formação de professores	15
2.4	Infraestrutura e recursos	17
2.4.1	Acessibilidade física	17
2.4.2	Recursos pedagógicos e tecnológicos	18
2.4.3	Salas de recursos multifuncionais	19
2.4.4	Desafios e Realidade Brasileira	20
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1	Procedimentos de coleta e análise de dados	23
3.2	Aspectos éticos	23
3.3	Limitações do estudo	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1	Panorama da educação inclusiva no brasil	24
4.2	Avanços legislativos e políticas públicas	25
4.3	Desafios persistentes	25
4.4	Formação de professores: um ponto crítico	25
4.5	Infraestrutura e recursos: barreiras à inclusão	25
4.6	Inclusão social e cultural: além dos muros da escola	25
4.7	Análise comparativa dos estudos	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um princípio fundamental que visa garantir o acesso e a participação de todos os alunos no ambiente escolar, independentemente de suas diferenças ou dificuldades. No Brasil, esse princípio é respaldado por legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que asseguram o direito à educação para pessoas com deficiência. Contudo, apesar das diretrizes legais, as escolas brasileiras ainda enfrentam obstáculos significativos na implementação efetiva do modelo inclusivo.

Entre os principais desafios estão a falta de infraestrutura adequada, a carência de formação específica para professores e gestores, a resistência à mudança por parte de alguns profissionais da educação e a escassez de recursos pedagógicos adaptados. Esses obstáculos evidenciam a discrepância entre o que é previsto na legislação e o que ocorre na prática, tornando urgente a necessidade de identificar e superar essas barreiras.

A relevância deste estudo é corroborada pelos dados do Censo Escolar de 2023, que registrou 1.771.430 matrículas de alunos com deficiência na educação especial no Brasil. A maior concentração dessas matrículas está no ensino fundamental (62,90%), seguida da educação infantil (16%) e do ensino médio (12,6%).

No entanto, de acordo com o Censo Escolar apenas 30% das escolas que registram matrículas de alunos com deficiência oferecem atendimento educacional especializado, o que ressalta a importância de uma educação que atenda às necessidades específicas desses alunos, promovendo uma aprendizagem equitativa e acessível para todos.

Diante desse cenário, este trabalho buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os desafios e as possibilidades da educação inclusiva expressos em referencial teórico sobre o tema? Para abordar essa problemática, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando fontes como livros eletrônicos, artigos e plataformas acadêmicas, como o Google Acadêmico e *Scielo*. Na pesquisa foi utilizado a definição de descritores com palavras chaves para a pesquisa, depois disso os arquivos foram selecionados conforme uma leitura parcial dos títulos e resumos, e depois uma leitura integral dos textos e por fim foi elaborada uma síntese crítica a

respeito da relevância dos materiais. Conforme Severino, (2007), uma pesquisa bibliográfica consiste em "um levantamento de informações já publicadas em livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais acessíveis ao público em geral".

O objetivo geral deste estudo foi analisar os desafios e as oportunidades na implementação da educação inclusiva na educação básica brasileira, com foco em alunos com deficiências físicas, visuais e cognitivas. Especificamente, buscou-se identificar as principais barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, avaliar a adequação da formação de professores, analisar as políticas públicas existentes e propor estratégias para aprimorar a implementação da educação inclusiva.

Espera-se que os resultados deste trabalho possam servir como um guia para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de uma escola mais acolhedora e acessível a todos. Ao identificar os principais desafios e possíveis soluções, possa contribuir com estratégias que favoreçam a implementação efetiva da educação inclusiva no Brasil, ampliando a discussão sobre o tema e destacando a importância de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de todos os alunos na escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil é regulamentada por diversas legislações e políticas públicas que buscam assegurar o direito de todos ao acesso, permanência e sucesso no ambiente escolar. Entretanto, a implementação desses direitos enfrenta desafios práticos que envolvem desde a formação de professores até a infraestrutura das instituições de ensino. A seguir, serão abordadas as principais diretrizes legais e os obstáculos estruturais e pedagógicos para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.1 Legislação e políticas públicas voltadas para Educação Inclusiva

A educação inclusiva é um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. Segundo Mantoan (2003, p 16),

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

No Brasil ela é regulamentada por diversas legislações e políticas públicas que buscam assegurar o direito de todos ao acesso, permanência e sucesso no ambiente escolar. As leis desempenham um papel fundamental na regulamentação da educação inclusiva, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015.

De acordo com Cruz e Ferreira (2005, p. 231), “a LDB trouxe um avanço significativo ao reconhecer a importância da formação continuada para a melhoria da qualidade da educação e para a valorização dos profissionais da educação”.

A LDB estabelece diretrizes para a organização do sistema educacional brasileiro, assegurando condições de atendimento especializado para alunos com deficiência e promovendo a inclusão desses alunos no ensino regular. De acordo com o Art. 59

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;(BRASIL, 1996)

Essa disposição deixa claro que todos os alunos têm o direito a uma educação de qualidade que seja adaptada às suas necessidades específicas.

A LBI reforça a necessidade de inclusão ao assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso a recursos e suporte necessários, como o direito a um

profissional de apoio escolar, previsto no Art. 3º, inciso XIII. Esse apoio inclui atividades de alimentação, higiene e locomoção, proporcionando um ambiente mais acessível e inclusivo (LBI, 2015). A presença do profissional de apoio escolar é fundamental para assegurar que os alunos com deficiência possam participar plenamente do ambiente escolar.

Além das legislações mencionadas, estudos acadêmicos corroboram a importância dessas políticas na promoção da inclusão. Cruz *et al.* (2011), enfatizam a necessidade de políticas públicas que garantam recursos financeiros suficientes para a formação de professores e implementação de práticas inclusivas nas escolas. Essa perspectiva destaca que as leis por si só não garantem a inclusão; é necessário um esforço conjunto para implementar as diretrizes estabelecidas.

Diante desse contexto, este capítulo busca analisar as legislações pertinentes à educação inclusiva e discutir como elas se traduzem em práticas efetivas nas instituições de ensino. A revisão da literatura permitirá identificar não apenas os avanços alcançados por meio dessas políticas, mas também os desafios persistentes que precisam ser enfrentados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.1.1 Comparativo entre a LDB e a LBI no que se trata da inclusão escolar

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) são fundamentais para a promoção da educação inclusiva no Brasil. Ambas as legislações visam garantir o direito à educação para todos, mas abordam a inclusão escolar de maneiras distintas e complementares. A seguir, apresentamos um comparativo entre os principais artigos dessas leis que tratam da inclusão escolar.

Tabela 1 - Comparativo entre a LDB e a LBI

Aspecto	LDB (Lei nº 9.394/1996)	LBI (Lei nº 13.146/2015)
Direito à Educação	Art. 4º: "A educação é um direito de todos."	Art. 3º: "A pessoa com deficiência tem direito à educação, em igualdade de condições com as demais pessoas."
Inclusão no Ensino Regular	Art. 59: As escolas devem adaptar currículos e métodos para atender alunos com deficiência.	Art. 28: "O atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino."

Formação de Professores	Art. 59, III: "Professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado."	Art. 24: "Os sistemas de ensino devem assegurar formação continuada para professores sobre inclusão."
Apoio ao Aluno	Não menciona diretamente o apoio individualizado, mas enfatiza a adaptação do ensino.	Art. 3º, XIII: "Direito a um profissional de apoio escolar para auxiliar nas atividades escolares."
Adaptações e Recursos	Art. 59: Currículos, métodos e recursos educativos devem ser adaptados às necessidades dos alunos.	Art. 28: "As instituições devem garantir acessibilidade e adaptações razoáveis para o pleno acesso dos alunos."
Participação Social	Promove a interação entre alunos com e sem deficiência como parte do processo educativo.	Enfatiza que a educação deve promover o desenvolvimento da autonomia e a participação na sociedade.

Fonte: A autora (2024)

Tanto a LDB quanto a LBI são essenciais para a efetivação da educação inclusiva no Brasil, cada uma contribuindo de forma única para o desenvolvimento de práticas educacionais que atendam às necessidades dos alunos com deficiência. A LDB estabelece diretrizes gerais para o sistema educacional, enquanto a LBI traz especificidades que garantem direitos e recursos necessários para uma inclusão efetiva. Juntas, essas legislações formam uma base sólida para promover uma educação equitativa e acessível a todos os estudantes.

2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores é um elemento crucial para a efetivação da educação inclusiva. Diversos estudos têm apontado a necessidade de uma formação inicial e continuada que prepare os docentes para atuar com alunos com deficiência no ensino regular.

De acordo com Lima (2021, p. 16), "A formação continuada de docente para a educação inclusiva é um processo contínuo de desenvolvimento profissional que visa preparar os professores para enfrentar os desafios da diversidade em sala de aula."

Essa formação deve ir além de aspectos teóricos, abrangendo também práticas pedagógicas inclusivas.

No entanto, pesquisas têm revelado lacunas nessa formação. Marciel (2024) apontado o relato de uma professora “Tá eu já sei que o aluno não vai conseguir, como é que eu trabalho pra conseguir que ele alcance o que ele tem potencial” (Maciel; Megda; Ferreira, 2024, p. 24). Isso demonstra a necessidade de uma formação mais aprofundada e prática.

Carvalho (2015) destaca que diversos estudos realizados em diferentes regiões do Brasil apontam desafios semelhantes na formação docente para a educação inclusiva. Entre eles, estão “a dissociação entre teoria e prática” (p. 2) e a “falta de formação específica em educação inclusiva” (p. 3).

Comparando os dois artigos, percebe-se que ambos enfatizam a importância da formação continuada e prática para os professores. Enquanto Maciel, Megda e Ferreira (2024) focam mais nas experiências e percepções de professores e mães, Carvalho (2015) apresenta um panorama mais amplo de pesquisas realizadas em todo o Brasil.

Em relação aos aspectos sobre inclusão, o artigo de Maciel, Megda e Ferreira (2024) aborda mais diretamente as vivências em sala de aula e os desafios enfrentados por professores e famílias. Já Carvalho (2015) traz uma visão mais sistêmica, discutindo políticas públicas e programas de formação em diferentes regiões do país.

Segundo Minetto (2008, p. 101), o planejamento detalhado e a antecipação das necessidades dos alunos são essenciais para uma prática inclusiva bem-sucedida.

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

Somente estar matriculado não é suficiente; o aluno deve estar inserido no cotidiano escolar para não se sentir rejeitado. Cunha (2015, p. 69) afirma: “Incluir é muito mais que inserir”. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e

possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades.”

Portanto, é necessário que o professor tenha uma formação adequada sobre como ensinar esses alunos, entendendo como eles aprendem melhor e quais são as características de suas deficiências, para que a educação inclusiva seja efetivamente implementada no ambiente escolar. O professor também deve conhecer as demandas de cada estudante e buscar formas de garantir a aprendizagem de todos, adaptando o conteúdo conforme necessário para atender às necessidades específicas dos alunos.

O artigo de Silva (2021) "A Importância da Formação Continuada do Professor Educador no Contexto Educacional Inclusivo" destaca que "a formação continuada é fundamental para que os professores desenvolvam competências e habilidades necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula". Essa formação deve incluir não apenas aspectos teóricos sobre inclusão, mas também práticas pedagógicas que promovam um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos alunos com deficiência.

Além disso, o estudo de Martins (2019) "Desafios da Formação de Professores para a Inclusão Escolar" aponta que "a falta de formação específica em educação inclusiva é um dos principais obstáculos à implementação das políticas educacionais que visam garantir o direito à educação para todos". Essa afirmação evidencia a necessidade urgente de programas de formação que abordem as especificidades da educação inclusiva e ofereçam suporte contínuo aos educadores.

De acordo com Souza *et al.* (2017), muitos professores ainda apresentam uma atitude negativa em relação ao trabalho com alunos com deficiência, muitas vezes devido à falta de conhecimento sobre o tema. Essa resistência pode ser superada por meio de formação continuada e apoio institucional, que forneçam ferramentas e recursos pedagógicos adaptados. Dessa forma, o investimento na formação de professores é essencial para que a inclusão educacional seja efetiva, pois capacita os educadores a utilizarem práticas pedagógicas inclusivas e promove uma atitude mais acolhedora e inclusiva dentro das escolas.

2.3 Infraestrutura e recursos

A infraestrutura adequada e a disponibilidade de recursos apropriados são elementos fundamentais para a efetivação da educação inclusiva. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (LBI, 2015).

2.3.1 Acessibilidade física

A acessibilidade física é um dos pilares fundamentais da inclusão escolar. Conforme estabelecido pela NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), "esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 9050, 2015, p. 16). Para que as escolas possam atender adequadamente a todos os alunos, é imprescindível que essas normas sejam rigorosamente seguidas.

2.3.1.1 Elementos essenciais para garantir a acessibilidade física

- **Rampas de Acesso:** Estruturas que permitem a entrada e saída de pessoas com mobilidade reduzida, substituindo escadas e facilitando o deslocamento.
- **Corrimãos:** Instalações que oferecem suporte e segurança para alunos que necessitam de auxílio ao se locomoverem em escadas ou corredores.
- **Elevadores:** Equipamentos que garantem o acesso a diferentes andares da escola, especialmente para aqueles que utilizam cadeiras de rodas ou têm dificuldades de locomoção.
- **Portas Largas:** Aberturas amplas que possibilitam a passagem confortável de cadeiras de rodas e outros dispositivos de mobilidade.
- **Sinalização Tátil:** Indicações em braille ou em relevo que orientam alunos com deficiência visual, facilitando sua locomoção dentro da escola.
- **Pisos Táteis:** Superfícies que ajudam na orientação espacial dos alunos com deficiência visual, sinalizando caminhos e áreas seguras.

- **Banheiros Adaptados:** Instalações sanitárias projetadas para atender às necessidades de todos os alunos, garantindo privacidade e conforto (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 9050, 2015).

A implementação desses elementos não apenas cumpre as exigências legais, mas também demonstra um compromisso com a criação de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Ao garantir a acessibilidade física, as escolas promovem a autonomia dos alunos e contribuem para sua plena participação na vida escolar.

2.3.2 Recursos pedagógicos e tecnológicos

Além da infraestrutura física, é fundamental que as escolas disponham de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Carvalho (2015) destaca que "a falta de recursos tecnológicos limita as possibilidades de práticas pedagógicas inclusivas" (p. 3). Para garantir uma educação inclusiva e eficaz, é necessário investir em uma variedade de ferramentas que facilitem o aprendizado e promovam a participação ativa dos estudantes.

Alguns recursos importantes incluem:

- **Materiais didáticos adaptados:** Livros, apostilas e outros materiais que sejam adaptados às diferentes necessidades dos alunos, considerando formatos acessíveis como Braille, letras ampliadas ou versões digitais.
- **Tecnologias assistivas:** Dispositivos e softwares que ajudam a superar barreiras de comunicação e aprendizado, como leitores de tela, pranchas de comunicação e dispositivos de mobilidade.
- **Softwares educacionais acessíveis:** Programas que oferecem interfaces amigáveis e recursos adaptativos, permitindo que todos os alunos possam interagir com o conteúdo de maneira eficaz.
- **Equipamentos de áudio e vídeo adaptados:** Ferramentas que garantem a inclusão de alunos com deficiências auditivas e visuais, como legendas em vídeos, audiodescrição e sistemas de amplificação sonora.

A disponibilização desses recursos não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também promove um aprendizado mais significativo e personalizado. Ao integrar tecnologias e materiais adaptados ao cotidiano escolar, as instituições podem criar

um espaço onde todos os alunos se sintam apoiados e motivados a alcançar seu potencial máximo.

2.3.3 Salas de recursos multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) desempenham um papel crucial no suporte à inclusão. Segundo o Decreto nº 7.611/2011:

"O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas." (BRASIL, 2011)

A verdadeira inclusão educacional vai além da simples presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula; ela requer um ambiente que valorize a diversidade e promova a equidade. É fundamental que os gestores educacionais adotem uma postura proativa, criando um espaço onde todos os estudantes possam se desenvolver plenamente. A articulação entre as SRM e as salas regulares deve ser contínua e bem estruturada, permitindo que as práticas pedagógicas sejam adaptadas às realidades de cada estudante. Assim, ao priorizar a formação contínua dos professores e o uso de tecnologias assistivas, as instituições de ensino podem construir uma cultura inclusiva sólida, onde cada aluno não apenas participa, mas também se sente valorizado e respeitado em sua individualidade.

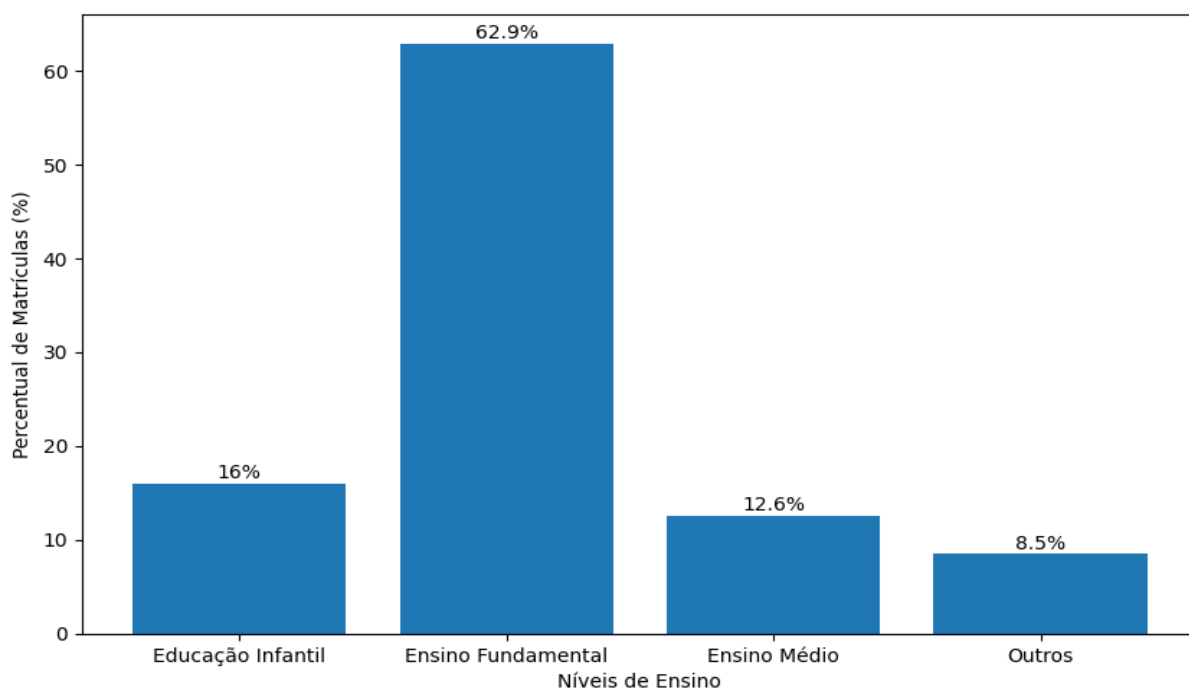
2.3.4 Desafios e realidade brasileira

Apesar das diretrizes legais, a realidade brasileira ainda apresenta muitos desafios.

"A infraestrutura escolar muitas vezes não está preparada para receber alunos com necessidades educacionais especiais, e a falta de recursos tecnológicos limita as possibilidades de práticas pedagógicas inclusivas." (BEZERRA FILHO, 2023, p. e726)

Para ilustrar a situação atual, podemos apresentar o seguinte gráfico baseado nos dados do Censo Escolar 2023:

Figura SEQ Figura * ARABIC 1- Matrículas de alunos com deficiência por



concentração no ensino fundamental e a necessidade de ampliar o acesso nos demais níveis.

Para superar os desafios relacionados à infraestrutura e recursos, é necessário:

- Investimento contínuo em adaptações físicas das escolas
- Aquisição e desenvolvimento de recursos pedagógicos e tecnológicos acessíveis
- Formação continuada de professores para utilização adequada dos recursos
- Políticas públicas que garantam a implementação e manutenção das Salas de Recursos Multifuncionais

Dessa forma, fica evidente a necessidade que uma escola tem de rampas, corrimãos, elevadores, portas, sinalização tátil, pisos táteis, banheiros adaptados, salas de aula acessíveis, entre outros elementos que visam garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O Art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), trata do asseguramento para os alunos com deficiência na educação e dos recursos que devem ser utilizados:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Sem dúvida, para que a educação inclusiva seja verdadeiramente efetiva, são necessários recursos e estratégias que promovam a participação de todos os alunos, apesar de suas diferenças e dificuldades. Dentre esses recursos, podem-se citar: materiais didáticos adaptados, tecnologias acessíveis, apoio individualizado, além de uma equipe multidisciplinar composta por professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros profissionais, para apoiar os alunos com necessidades especiais.

Além das adaptações físicas, é importante que as escolas ofereçam materiais pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e uma equipe multidisciplinar de apoio, que inclua psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais. Esse suporte é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente das atividades escolares. A falta desses recursos representa uma barreira significativa para a inclusão e exige investimentos constantes das políticas públicas para que a infraestrutura e os recursos sejam adequados às necessidades da educação inclusiva.

Diante do exposto, é evidente que a legislação, a formação de professores e a infraestrutura são aspectos interdependentes e indispensáveis para a implementação da educação inclusiva. Embora o Brasil possua uma base legal robusta, os desafios práticos, como a falta de capacitação e os recursos limitados, ainda dificultam a efetivação da inclusão escolar. Uma abordagem integrada, que envolva políticas públicas eficazes, formação continuada e investimento em infraestrutura, é essencial para que os princípios da inclusão sejam traduzidos em práticas educacionais que atendam verdadeiramente às necessidades de todos os alunos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, com o objetivo de analisar a literatura existente sobre a formação continuada de professores no contexto da educação inclusiva. A abordagem metodológica adotada é de natureza qualitativa, buscando compreender e interpretar o conteúdo teórico e empírico disponível em fontes acadêmicas e científicas.

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, que segundo Severino (2007, p. 122), "é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc." Esta abordagem permite uma análise crítica e abrangente do tema, identificando tendências, lacunas e oportunidades de pesquisa. As fontes de informação utilizadas nesta pesquisa incluem: Livros (Obras de referência sobre educação inclusiva e formação de professores). Artigos Acadêmicos (Publicações em periódicos científicos nacionais e internacionais). Teses e Dissertações (Trabalhos acadêmicos que abordam o tema em profundidade). Plataformas de Pesquisa como Google Acadêmico, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Portal de Periódicos CAPES.

3.1 Procedimentos de coleta e análise de dados

- Definição de Descritores: Foram utilizados termos em português e suas variações em inglês como "formação continuada" na qual foi direcionado 791 trabalhos, na palavra chave "educação inclusiva" foram revelados 465 trabalhos e na "prática pedagógica inclusiva" foram apresentados 8 trabalhos.
- Critérios de Inclusão e Exclusão
- Inclusão: Publicações dos últimos 10 anos, em português ou inglês, com foco na educação básica.
- Exclusão: Estudos não revisados por pares ou fora do escopo da educação inclusiva.
- Seleção dos Materiais: Leitura inicial de títulos e resumos para identificar relevância.

- **Análise de Conteúdo:** Leitura integral dos textos selecionados, com fichamento e categorização das informações relevantes.
- **Síntese e Interpretação:** Elaboração de uma síntese crítica das informações coletadas, identificando padrões, convergências e divergências na literatura.

3.2 Aspectos éticos

Todos os dados e informações utilizados nesta pesquisa são de domínio público e foram devidamente referenciados, respeitando os direitos autorais e as normas éticas de pesquisa acadêmica.

3.3 Limitações do estudo

É importante reconhecer que, como toda revisão bibliográfica, este estudo está limitado às fontes disponíveis e ao período analisado. Além disso, a interpretação dos dados pode estar sujeita à subjetividade do pesquisador.

Esta metodologia foi desenvolvida para garantir uma análise abrangente e sistemática da literatura sobre formação continuada de professores no contexto da educação inclusiva, fornecendo uma base sólida para as discussões e conclusões apresentadas neste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama da educação inclusiva no Brasil

Com base na revisão bibliográfica realizada, é possível traçar um panorama da educação inclusiva no Brasil, destacando os principais avanços e desafios encontrados na implementação desse modelo educacional.

Dentre os avanços significativos estão as legislações como a LDB e a LBI e as políticas públicas e entre os desafios mais significativos estão a falta de formação continuada, a

Foi possível analisar os desafios e as oportunidades na implementação da educação inclusiva na educação básica brasileira com foco em alunos com deficiências físicas, visuais e cognitivas. Além da identificação das principais barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais. A seguir estão os resultados obtidos nos materiais analisados.

4.2 Avanços legislativos e políticas públicas

A análise da legislação brasileira revela um progresso significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabeleceram marcos importantes para a promoção da educação inclusiva. Conforme apontado por Lima e Silva (2022, p. 2), "a efetividade das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva depende da articulação entre formação docente, infraestrutura adequada e recursos pedagógicos adaptados".

4.3 Desafios persistentes

Apesar dos avanços legislativos, a implementação prática da educação inclusiva ainda enfrenta obstáculos significativos. De acordo com o estudo de Bezerra Filho (2023), "a infraestrutura escolar muitas vezes não está preparada para receber alunos com necessidades educacionais especiais, e a falta de recursos tecnológicos limita as possibilidades de práticas pedagógicas inclusivas" (p. 726).

4.4 Formação de professores: um ponto crítico

A formação adequada dos professores emerge como um dos pontos mais críticos para o sucesso da educação inclusiva. Souza *et al.* (2017) enfatiza que "os professores precisam ser capacitados não apenas em teorias sobre inclusão, mas também em práticas pedagógicas que promovam um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos alunos com deficiência" (Souza, 2017).

Estudos como os de Minetto (2008) e Souza *et.al* (2017) indicam que professores capacitados estão mais bem preparados para adotar metodologias inclusivas e criar um ambiente acolhedor para alunos com deficiência.

Seguindo essa mesma linha ao comparar dois artigos, percebe-se que ambos enfatizam a importância da formação continuada e prática para os professores. Enquanto Maciel, Megda e Ferreira (2024) focam mais nas experiências e percepções de professores e mães, Carvalho (2015) apresenta um panorama mais amplo de pesquisas realizadas em todo o Brasil.

Em relação aos aspectos sobre inclusão, o artigo de Maciel, Megda e Ferreira (2024) aborda mais diretamente as vivências em sala de aula e os desafios enfrentados por professores e famílias. Já Carvalho (2015) traz uma visão mais sistêmica, discutindo políticas públicas e programas de formação em diferentes regiões do país.

4.5 Infraestrutura e recursos: barreiras à inclusão

A insuficiência de infraestrutura adequada e recursos pedagógicos adaptados continua sendo um obstáculo significativo. Conforme estabelecido pela NBR 9050 da ABNT (2015), as escolas devem seguir critérios específicos de acessibilidade, mas muitas instituições ainda não atendem a esses requisitos.

4.6 Inclusão social e cultural: além dos muros da escola

A verdadeira inclusão vai além do ambiente escolar. O Art. 8º da LBI estabelece diversos direitos que as pessoas com deficiência têm, incluindo acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. No entanto, a implementação prática desses direitos ainda é um desafio.

4.7 Análise comparativa dos estudos

Uma análise comparativa dos estudos revisados revela tendências e padrões na implementação da educação inclusiva:

Tabela 2 - Análise comparativa dos estudos

Aspecto	Tendência Observada	Autores
Formação de Professores	Necessidade urgente de capacitação	Souza <i>et al.</i> (2017), Silva (2021)

Infraestrutura	Inadequação generalizada	Bezerra Filho (2023), ABNT (2015)
Políticas Públicas	Avanços legislativos, mas implementação deficiente	Lima e Silva (2022), Mantoan (2003)

Fonte: A Autora (2024)

Sabemos que a educação inclusiva busca assegurar o acesso, a permanência e o progresso de todos os estudantes, sem levar em conta suas diferenças e necessidades particulares. Este modelo incentiva a inclusão de alunos com deficiências, distúrbios globais do desenvolvimento e altas habilidades em salas de aula convencionais, apreciando a diversidade e entendendo que todos têm o direito a uma educação de alto padrão. Para que a Educação Inclusiva seja eficaz, é essencial vencer alguns desafios.

Freitas (2018) argumenta que persistem muitas dificuldades para implementar efetivamente as políticas de inclusão nas escolas públicas. De acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), os alunos deveriam frequentar o atendimento educacional especializado no contraturno; no entanto, isso nem sempre acontece, pois, muitas famílias enfrentam dificuldades em manter os alunos na escola durante os dois períodos. Além disso, mesmo quando os alunos participam desse atendimento especializado, às atividades realizadas nem sempre estão alinhadas com o que vivenciam na sala de aula regular.

Freitas (2018) também afirma que tanto dentro como fora da escola a diferença encontra pouca acolhida. Ou seja, pessoas com algum tipo de deficiência, além da dificuldade do dia a dia, ainda têm que lidar com a pressão social, que se dá na direção da uniformidade, obedecendo a padrões hierárquicos de poderes.

Conforme exposto por Souza *et al.* (2017), que existem diversas barreiras para que a inclusão seja de fato efetiva, uma delas refere-se às atitudes diante da diversidade, onde é destacado o papel do professor no processo de construção de uma escola inclusiva, na qual algumas vezes possuem uma atitude negativa diante do trabalho com o aluno com deficiência, muitas vezes é causada por seu desconhecimento e falta de suporte encontrado nos sistemas de ensino. Dessa forma, para que as barreiras sejam superadas é necessário um sistema organizacional que

tenha suporte ao aluno, efetivar condições adequadas para o trabalho do professor e produzir um trabalho de conscientização junto a toda sociedade.

Seguindo essa linhagem de desafios para a implantação da educação inclusiva Menezes (2017) afirma a dificuldade dos professores em como lidar com os alunos com deficiência, o mesmo afirma que não era exclusividade de um, mas de todos os professores, porém a dificuldade não os paralisava, e a maioria estava procurando métodos e aprimoramento para desenvolver estratégias, tanto de relacionamento com esses alunos, como de promoção de sua aprendizagem. De acordo com isso percebe-se que os professores têm a vontade de se aprimorar para que a educação seja de fato efetiva.

É fato que a formação do professor interfere no ensino e no processo de aprendizagens dos alunos com algum tipo de deficiência, seja ela positiva ou negativamente, então é necessário que o professor tenha uma formação adequada para lidar com as diversidades da sala de aula.

Conforme Carvalho (2015) outro principal desafio é a resistência está ligada ao desconhecimento, por parte de famílias, professores e alunos do ensino regular, sobre como incluir alunos com necessidades especiais no ambiente escolar. Essa resistência age como uma barreira que precisa ser superada para assegurar o sucesso e a efetivação da Educação Inclusiva. O novo costuma causar estranheza, e a mudança é um processo lento e desafiador, mas é uma construção necessária e coletiva.

Dentro dos artigos e trabalhos analisados ficou evidente a importância da educação inclusiva para gerar um mundo mais igualitário, onde não haja desigualdade promovendo possibilidades para todos. Também foi possível identificar os principais desafios da educação inclusiva na sociedade brasileira contemporânea. Além disso, foi possível identificar algumas possibilidades de uma educação inclusiva efetivamente implementada no ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação da educação inclusiva na educação básica brasileira revela avanços significativos, mas também desafios persistentes. Esta revisão bibliográfica identificou pontos cruciais que demandam atenção para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O Brasil possui uma boa base legal para a educação inclusiva, com destaque para a LDB e a LBI. No entanto, a formação inadequada dos educadores e a falta de infraestrutura e recursos adaptados nas escolas continuam sendo obstáculos significativos. As práticas pedagógicas inclusivas e a superação de barreiras culturais também se mostram essenciais para o progresso nessa área.

Recomenda-se intensificar os programas de formação continuada para professores, aumentar investimentos em infraestrutura escolar acessível, promover a conscientização da comunidade escolar sobre inclusão, fortalecer políticas públicas e incentivar a colaboração entre escolas, famílias e profissionais especializados.

O futuro da educação inclusiva no Brasil depende de um esforço conjunto e contínuo. É fundamental que as políticas públicas sejam acompanhadas de ações concretas nas escolas, priorizando a formação dos educadores e a transformação da cultura escolar.

Este estudo contribui para a compreensão dos desafios e oportunidades da educação inclusiva, oferecendo insights para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas inspirem ações concretas em prol de uma educação mais equitativa e inclusiva para todos.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar estratégias bem-sucedidas de implementação da educação inclusiva em diferentes contextos, analisar o impacto das tecnologias assistivas no processo de aprendizagem e explorar modelos de formação docente que efetivamente preparem os educadores para a diversidade em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BEZERRA FILHO, J. G. **Desafios da educação inclusiva no Brasil: uma análise dos dados do Censo Escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 29, p. e726, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 225-238, 2005.

CUNHA, E. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2023. Brasília: MEC, 2024.

FREITAS, M. C. de. **Desafios da implementação de políticas de inclusão nas escolas públicas**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 2, p. 165-178, 2018.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2021.

LIMA, S. R.; SILVA, F. T. **Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de professores**. Revista Educação Especial, v. 35, p. 1-20, 2022.

MACIEL, C. E.; MEGDA, L. M.; FERREIRA, M. C. C. **Percepções de professores e mães sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 30, p. e0002, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. A. R. **Desafios da formação de professores para a inclusão escolar**. Revista Educação em Questão, v. 57, n. 51, p. 1-25, 2019.

MENEZES, M. C. B. **Desafios da inclusão escolar: perspectivas dos professores sobre alunos com deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 1, p. 1-16, 2017.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. E. **A importância da formação continuada do professor educador no contexto educacional inclusivo**. Revista Educação Especial, v. 34, p. 1-18, 2021.

SOUZA, F. F.; PLETSCHE, M. D. **A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, n. 97, p. 831-853, 2017.